

GRAMPO

O controlador-geral da União, responsável pelo combate à corrupção no governo federal e rival declarado de Antonio Carlos Magalhães, coloca-se na linha de frente da estratégia para levar senador baiano ao Conselho de Ética do Senado

A revanche de Waldir Pires

Rudolfo Lago
Da equipe do Correio

“Ah, se o João Paulo fosse assim!”, gritou um dos 17 deputados estaduais do bloco de oposição da Assembleia Legislativa da Bahia ao final da reunião que o grupo teve com o controlador-geral da União, Waldir Pires, encarregado de combater a corrupção no governo federal. Pela manhã, o encontro dos deputados com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), parecerá uma ducha de água fria. Reticente, João Paulo deixou clara sua insatisfação com a possibilidade de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-BA), sequer recebeu o grupo.

Apesar do empenho dos deputados baianos vítimas do grampo, principalmente o líder do PT, Nelson Pellegrino, e o primeiro-secretário da Câmara, Geddel Vieira Lima (PMDB), foi em Waldir Pires que o grupo de deputados estaduais da Bahia percebeu maior ânimo. Junto com eles, Waldir discutiu por uma hora a melhor tática para levar seu adversário político (leia abaixo) à cassação. Colocou-se na mesma briga dos deputados baianos.

Os deputados estaduais baianos do PT, do PCdoB, do PMDB, do PSDB, do PSB, do PDT e do PPS entregaram ao presidente do Conselho de Ética, Juvêncio da Fonseca, uma representação contra ACM. É mais um ato político. A representação não pode ser acatada. Apenas partidos políticos ou a Mesa do Senado podem entrar com pedido no Conselho de Ética para iniciar processo de cassação. Na verdade, o que os deputados queriam era sentir o grau de comprometimento do governo, do PT e do Congresso com o esclarecimento do escândalo do grampo baiano. Eles também pediram a Márcio Thomaz Bastos proteção policial ao assessor da Secretaria de Segurança, Allan Farias, um dos responsáveis pelo grampo. Allan disse que foi ameaçado de morte.

A disposição de Waldir Pires animou-os. “Nós vamos estar juntos até o último instante. E o último instante é quando Antonio Carlos Magalhães for julgado pelo Conselho de Ética do Senado”, deixou claro. “Achei que não teria mais a ventura de ver vivo o desmascaramento dessa absurda situação que vivemos na Bahia.”

Roberto Castro / AE



OS DEPUTADOS BAIANOS GEDDEL VIEIRA (E), NELSON PELLEGRINO (C) E WALTER PINHEIRO: EMPENHO PARA LEVAR ACM AO CONSELHO DE ÉTICA

ROTEIRO COMPLETO

Waldir Pires disse aos deputados que o primeiro passo é rechaçar completamente qualquer tentativa de parlamentares que queiram reduzir o caso a uma querela regional, mera briga de baianos. “Repetir sempre que o que ocorre na Bahia é uma questão paroquial é um preço alto que pagamos há anos e não temos mais como suportar”, reagiu Waldir. “A Bahia está no Brasil. É um pedaço da Nação. Na Bahia, o Brasil nasceu.”

A segunda tarefa é derrubar os argumentos de que o caso é de polícia, e não político. João Paulo Cunha usou esse argumento quando manifestou-se pela primeira vez contra a CPI. E Sarney tem dito o mesmo para defender que o assunto seja tratado apenas no Judiciário, na investigação e no julgamento do crime cometido com a escuta clandestina. “Trata-se de uma coleção de atos criminosos, imorais, anti-éticos, que degradam a democracia brasileira”, atacou. “Se o Senado permitir a continuação dessa convivência, então não poderá mais se considerar a sede

do exercício das liberdades democráticas”, fulminou.

Waldir Pires disse aos deputados estaduais baianos que o melhor caminho para chegar à cassação de ACM não deve passar pela CPI. A essa altura, entende ele, a CPI acabaria por tornar o processo mais lento. “A principal tarefa de uma CPI é lançar um assunto aos holofotes do país. Indignar a sociedade. Mas esse sentimento de indignação já foi obtido. É a primeira vez que estamos assistindo uma mobilização desse tamanho na imprensa tendo como alvo Antonio Carlos Magalhães”, comemorou. Assim, entende o controlador, as condições políticas já estão criadas para que o processo contra ACM desagüe no Conselho de Ética.

Para Waldir Pires, as primeiras vitórias já foram obtidas. “A renúncia à presidência da Comissão de Constituição e Justiça foi a primeira vitória. Se ele fosse eleito, a Nação estaria achincalhada. Seria uma afronta. Uma bofetada na cara do povo brasileiro”, comentou. Agora, inicia-se a segunda batalha: a que terá de levar o caso para a análise do Conselho de Ética.

Sergio Amaral



WALDIR PIRES: DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA DERRUBAR ADVERSÁRIO